

Esboço sobre o legado de Hegel na teoria da história de Bakunin e Marx

René Berthier

Para Hegel, a história é a sucessão de estados de uma única substância, o Espírito universal, cujos elementos alimentam o conflito interno e o tornam concreto. Assim, os conflitos religiosos, as guerras, são a encarnação da *Idéia* que torna-se realidade.

A noção de *Idéia* para Hegel precisa ser explicada. Para o filósofo, a história deve ser compreendida através do pensamento: “É preciso observar com o olho da razão que penetra na superfície das coisas e perfura a aparência variegada dos acontecimentos” – que é a forma hegeliana de expressar que se deve olhar além das aparências.

O que faz história é o espírito subjacente aos acontecimentos, o espírito guia dos povos. A história tem um significado, tende a um objetivo, Deus, que Hegel “seculariza” de certa forma (um anacronismo, é certo) chamando-o de “*Idéia*”, ou “Espírito Absoluto”.

A história tende a um desenvolvimento da racionalidade, moralidade e liberdade, mas o desenvolvimento da sociedade civil não é um progresso constante. É o resultado de tensões constantes entre forças contrárias que garantem seu progresso contínuo. A descontinuidade do progresso ocorre quando as leis, as instituições e a moral não estão mais em sintonia com os tempos, com o Espírito. Quando estas tensões atingem um ponto crítico, uma erupção é necessária para destruir a velha ordem.

A estrutura do raciocínio de Hegel pode ser encontrada em Marx, quando ele escreve que:

“Em uma determinada etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as atuais relações de produção, ou o que é meramente uma expressão jurídica delas, as relações de propriedade, dentro das quais até então se haviam movido. De serem formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se tornam cadeias para estas últimas. Começa então uma época de revolução social.”¹

1 Marx, *Introduction à la critique de l'économie politique*.

Em *A razão na história*, Hegel afirma:

“Quão cegos são aqueles que imaginam que instituições, leis que não estão mais de acordo com os costumes, as necessidades e opinião dos homens, leis que não expressam mais o Espírito, podem continuar a subsistir; que formas nas quais a inteligência e o sentimento não estão mais interessados são suficientemente poderosas para constituir a unidade de um povo! Todas as tentativas de restaurar, por um grandiloquente esfregaço, a confiança em relatos e partes de uma constituição que a fé deixou, para dar um verniz de belas palavras aos coveiros, não apenas envergonham seus inventores malignos, mas também preparam uma erupção muito mais assustadora, na qual a necessidade de melhoria se soma a vingança”.

Temos diante de nós um imenso quadro de eventos e ações, de formações infinitamente múltiplas: a história é “a categoria do devir”. O Espírito “consome a forma que se deu a si mesmo e assim ascende a uma nova forma”. A contradição cria uma nova forma, e das cinzas da forma anterior emerge um espírito mais puro, “uma decantação e transformação de si mesmo”. Mas o resultado de uma contradição produz outras novas, e assim o espírito se espalha através da história “numa inesgotável multiplicidade de aspectos”.²

O aumento quantitativo da intensidade das tensões leva a uma mutação. Forças opostas crescendo sob a superfície se acumulam e explodem abertamente. O reboco de formas antigas termina inevitavelmente em fracasso. É no espírito nacional dos povos que a razão se manifesta na história, de acordo com Hegel — Marx diria que a razão se manifesta no proletariado.

A nação é a expressão de uma determinada fase da evolução do mundo. “Os Espíritos nacionais são os elos no processo pelo qual o espírito alcança o livre conhecimento de si mesmo.”

O desenvolvimento do conhecimento humano, a sucessão das civilizações, respondem às exigências de uma ordem subjetiva. O que quer que o homem faça, ele “é o ser no qual o Espírito se realiza”. Mas o Espírito não é considerado como um ser humano singular. O Espírito na história é um indivíduo de natureza simultaneamente universal e determinada. “O Espírito com o qual estamos falando é o Espírito nacional”.

2 Hegel, *A Razão na história*.

O espírito de um povo passa por fases de constituição e formação. Ele floresce nas ações e aspirações de um povo e, ao realizar-se, alcança “alegria e auto-agarramento” através das criações da sociedade, tais como a religião, a ciência, as artes. Mas no processo de sua realização, o espírito nacional começa seu declínio, “e este declínio marca o advento de uma outra etapa, de um outro espírito”. O espírito nacional particular se realiza “servindo como uma transição para o espírito de outra nação. Assim, ocorre a progressão, o nascimento e a dissolução dos princípios nacionais. A tarefa da história filosófica é mostrar a seqüência deste devir.

O conceito de gozo, freqüente em Hegel, também é muito freqüente em Stirner. Um estudo sobre o caráter sensualista do pensamento de Stirner valeria a pena. Em *O Único e a Sua Propriedade*, encontramos o verbo “desfrutar” 34 vezes; a palavra “gozo” 38; “desejo” ocorre 70 vezes; “alegria” 26; “prazer” 32 vezes. Nisso, Stirner é de fato um discípulo de Hegel, cujo Espírito se espalha na história em uma multiplicidade de aspectos; e, diz ele, “percebemos sua alegria e seu gozo”. Toda criação do Espírito na história, na qual ele “encontrou satisfação”, torna-se novo material para seu trabalho. “Nesta atividade alegre, ela tem a ver apenas consigo mesma”. Nesta produção de si mesmo, o Espírito está vivo e ativo, floresce e alcança “o gozo e a apreensão de si mesmo”. “O espírito então desfruta de si mesmo neste trabalho”.³

Raças, nações, religiões, civilizações se sucedem em uma ordem precisa determinada pelos movimentos das faculdades coletivas da humanidade. Toda transformação decorre do movimento da dialética que opera por meio da crítica contínua, da contradição e da superação dos modos de pensar e de elaborar a razão e o sentir, que, a seu tempo, representam o apogeu do desenvolvimento do espírito humano concretizado pelos homens e instituições.

No entanto, as instituições tornam-se, em algum estágio de seu desenvolvimento, um obstáculo ao progresso. Sua rigidez cria contradições que contribuem para sua destruição. Quando a nação, diz Hegel, se estabeleceu e chegou ao seu fim, ou seja, quando percebeu, realizou as potencialidades que ela carregava dentro de si, “então seu interesse mais profundo desaparece”. O espírito nacional atingiu seu pleno vigor, declina e morre.

Enquanto “a atualidade ainda não é adequada ao seu conceito, enquanto seu conceito interno ainda não é levado ao auto-reconhecimento, há uma oposição”. Em outras palavras, enquanto ainda não chegou o momento em

3 Hegel, *A Razão na história*.

que o Espírito atinge o apogeu de seu desenvolvimento, a plena realização de suas capacidades, há contradição, isto é, vida. Mas quando chega esse momento em que o Espírito elaborou e realizou seu conceito e chegou ao “gozo de si mesmo”, então o homem “morre no hábito da vida; da mesma forma, o Espírito nacional morre no gozo de si mesmo”.

A nação que alcançou este estágio ainda pode continuar a agir; por muito tempo “ainda pode vegetar na agitação dos interesses particulares de indivíduos que se substituíram ao interesse nacional”. Depois vem a “nulidade política”, o hábito, o tédio. “Assim morrem indivíduos e nações, de sua morte natural.”

No entanto, a perecibilidade do Espírito nacional particular contém mais do que a morte, pois a vida segue a morte. O Espírito Universal não morre. Cada povo amadurece um fruto e “este fruto lhes traz suco amargo; ele não pode rejeitá-lo, pois tem uma sede infinita dela. Mas custa-lhe a sua destruição, seguida do advento de um novo princípio. A fruta torna-se um germe novamente – um germe de outra nação que amadurecerá...”

Assim, vemos que a filosofia da história de Hegel encena um turbilhão de civilizações que nascem, crescem e colapsam: neste processo, o colapso de uma nação não é outra coisa senão a condição para o aparecimento de outra. Portanto, é compreensível que o jovem Bakunin, numa época em que ainda estava completamente impregnado de filosofia hegeliana, pudesse dizer que “a paixão pela destruição é ao mesmo tempo uma paixão criativa”: isto é apenas uma imitação do estilo do mestre, de forma alguma a afirmação de qualquer estratégia política. Não se pode censurar o Bakunin de 1842, que não tinha idéia do que era o anarquismo, com uma vontade “pan-destrutiva”, enquanto que quando ele se tornou anarquista ele diria que não se pode derrubar um sistema social sem ter uma idéia do que se quer colocar em seu lugar!

* * * * *

Este breve resumo da filosofia da história de Hegel indica a estrutura teórica dentro da qual tanto Bakunin quanto Marx desenvolverão suas próprias concepções. Bakunin criticou Hegel por dar uma descrição mítica das forças em ação e por alimentar um mito que é apenas o resultado de um processo material que se manifesta através do trabalho humano e da personalidade humana.

No entanto, encontramos o mesmo esquema de evolução das sociedades em Bakunin, com a diferença de que não é o Espírito do mundo que é a força motriz, mas a ação combinada:

- da ciência, da descoberta de “novos fenômenos tanto naturais como sociais” que, não podendo ser explicados pelas velhas teorias, as derrubam e “obrigam a mente humana a buscar novas explicações” (I, 126).

- o desenvolvimento de novas necessidades criadas pelo desenvolvimento material da sociedade;

- da “revolta dos interesses oprimidos”.

Se considerarmos que os dois primeiros pontos constituem as forças produtivas e o terceiro a luta de classes, podemos constatar que o “motor” da história, segundo o esquema bakuniniano, está “surpreendentemente próximo ao de Marx.

* * * * *